

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Tribuna de Bahia		
Data		
23.08.93		
Caderno	Página	
30	7	
Seção		
Assunto		
Habitação		

Pesquisa do IBGE aponta crescimento da miséria no Brasil



O sorriso das crianças resiste em meio à intensa miséria

Favelas avançam em todo país

Rio (AE) — A favelização deixou de ser um problema das grandes cidades para atingir a maioria dos municípios brasileiros de médio porte para cima, como reflexo da crescente queda da renda *per capita* da população desde a década de 80. Hoje no Brasil, 2,9% dos domicílios nos municípios, estão em favelas. O município de São Paulo tem 594 favelas com 134.448 moradias, o que representa 5% do total de 2.649.836 habitações da cidade, contra 394 favelas do município do Rio de Janeiro, com 203.226 residências, 12,4% do total de 1.627.366.

Esses dados, que foram tirados do planejamento do censo de 91, constam do novo Anuário Estatístico do Brasil que o IBGE lançou. O IBGE só considerou favela os aglomerados de mais de 51 moradias.

A capital brasileira com maior percentual de residências em favelas (42,2%) é Recife, que tem 223, com 131.325 habitações, dentro de um total de 310.820. O menor percentual é no Acre e Roraima, com percentual zero.

Isso não impede que áreas de grande atração econômica ligadas à indústria ou ao garimpo apresentem índices mais altos do que nas capitais, como é o caso de Cubatão, que tem 5.737 residências em 11 favelas, o que representa 28,9% das 19.826 moradias existentes na cidade.

Segundo o presidente do IBGE, Eurico Borba, dados mais precisos sobre a população serão conhecidos em maio e junho, quando ficam prontas as tabulações de alfabetização, estrutura etária e rendimentos do censo de 91.

No Amapá, enquanto a capital Macapá tem 3,1% de seus habitantes morando em favelas, Laranjal do Jari, cidade que vive da mineração, tem uma grande favela com 2.802 habitações, o que representa 59,9% do total de 4.677 residências da cidade. Segundo a geógrafa Helena Balassiano, que coordenou a parte de favela, o agravamento da crise econômica fez com que as invasões e moradias improvisadas se multiplicassem.

Rio (AJB) — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem a 52ª edição do Anuário Estatístico do Brasil. O documento-síntese revela dados da realidade socio-econômica do País e aponta que a renda *per capita* do País caiu 5,3% na década de 80. E mais: em 1990, enquanto os 10% mais pobres respondiam por 0,8% da riqueza pessoal, os 10% mais ricos detinham 48,7% das posses.

Com 1.116 páginas, o anuário permite o acesso a informações que demonstram o quadro de empobrecimento, a alta concentração de renda e o panorama de estagnação da economia do País, por mais de uma década. Dos cerca de 62 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa do País, 24% recebiam até um salário mínimo no início dos anos 90 e 52,9%, até dois salários. Dessa população, 8% nada recebiam pelo seu trabalho. Na outra ponta, apenas 3% dessa população ganhava mensalmente, pelo menos, 20 salários mínimos.

"Houve perda de renda em todos os segmentos. A crise afeta toda a sociedade", alerta Tereza Cristina Araújo, diretora de pesquisas do Instituto.

Mas os estratos variam por categoria. A deterioração dos rendimentos em atividades urbanas, no comparativo entre 1990 e 1979, chegou a 16,7% para os trabalhos domésticos, 14% para os empregados particulares e 6,2% para os trabalhadores autônomos.

A taxa média de crescimento da população brasileira caiu de 2,48% em 80 com relação à verificada em 1991, 1,93%. Os municípios que mais cresceram foram os médios (2,44%), com população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Ao longo da década, intensificaram-se ainda os processos de urbanização, de terceirização da economia e de redução da contribuição para a Previdência. No período, a população ocupada que contribuía aumentou 3,6%. Já a parcela dos não-contribuintes cresceu 6,6%.